

UMA ABORDAGEM NA CONDUTA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA O GÊNERO MULHER

AN APPROACH TO THE CONDUCT OF HEALTHCARE PROFESSIONALS IN CASES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

Letícia Aguiar Maganha¹, Maria Caroline Lazarotto Müller Gomes², Robson Schimandei Novak³

¹ Estudante do Curso de Enfermagem

² Estudante do curso de Enfermagem

³ Professor Doutor do Curso de Farmácia

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar os desafios e dilemas impostos pela crescente incidência de violência em Ponta Grossa - PR, com enfoque específico na sua interface com a saúde pública. Mais particularmente, a violência contra a mulher, conceituada como qualquer ato que comprometa sua integridade física, psicológica, sexual ou moral, possui implicações gravíssimas, afetando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental das vítimas, perpetuando um ciclo de sofrimento e vulnerabilidade. Neste contexto, a questão central que norteia este estudo é: de que maneira a formação, as práticas e as abordagens dos profissionais de saúde influenciam a eficácia na identificação, atendimento e suporte às mulheres vítimas de violência? Para responder a essa indagação, foram propostas duas hipóteses complementares: a primeira sugere que profissionais de saúde desempenham um papel essencial no acolhimento, oferecendo um atendimento humanizado que melhora significativamente a qualidade de saúde das mulheres; já a segunda aponta para um crescente despreparo desses profissionais em relação ao acolhimento adequado, evidenciando a necessidade de capacitação contínua. Dada a importância crucial do atendimento eficaz, é fundamental que os profissionais de saúde sejam capacitados e sigam diretrizes estabelecidas, além da necessidade premente de serviços de referência preparados para um atendimento de qualidade, que contemplem as especificidades das vítimas de violência. Este estudo visa avaliar a assistência prestada a essas pacientes, contribuindo para a discussão sobre a formação e os recursos necessários para um atendimento adequado, com o objetivo último de mitigar os impactos devastadores da violência na saúde das mulheres, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Conduta. Preparo. Gênero.

Abstract: This study aims to investigate the challenges and dilemmas posed by the growing incidence of violence in Ponta Grossa - PR, with a specific focus on its interface with public health. More particularly, violence against women, defined as any act that compromises their physical, psychological, sexual, or moral integrity, has severe implications, affecting not only physical health but also the mental well-being of victims, perpetuating a cycle of suffering and vulnerability. In this context, the central question guiding this study is: How do healthcare professionals' training, practices, and approaches influence the effectiveness of identifying, treating, and supporting women victims of violence? To answer this question, two complementary hypotheses are proposed: the first suggests that healthcare professionals play a crucial role in providing a humanized approach that significantly improves the health quality of women; the second points to a growing unpreparedness among these professionals in providing adequate support, highlighting the need for continuous training. Given the critical importance of effective care, healthcare professionals must receive adequate training and follow established guidelines, in addition to the urgent need for reference services prepared to provide quality care that addresses the specific needs of violence victims. This study aims to evaluate the assistance provided to these patients, contributing to the discussion on the training and resources required for adequate care, with the ultimate goal of mitigating the devastating impacts of violence on women's health, and promoting a more just and equitable society.

Keywords: Women; violence; conduct; prepare; gender.

Contato: robsonnovak@hotmail.com aguiarmaganhaleticia@gmail.com ccarollazarotto@gmail.com

1 Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como tema a análise das condutas adotadas pelos profissionais da área da saúde na abordagem de mulheres vítimas de violência, com ênfase no impacto da formação, das práticas e das abordagens desses profissionais na identificação, no atendimento e no suporte a essas vítimas. A pesquisa visou investigar de que maneira o preparo e a conduta desses profissionais influenciam a eficácia do atendimento às mulheres que sofreram violência, buscando compreender se a prática profissional contribui para a melhoria da qualidade de vida das vítimas ou se, ao contrário, ela reflete uma falta de preparo e de sensibilidade, o que prejudica o acolhimento adequado.

A problemática investigada parte de duas hipóteses principais: (i) a ideia de que os profissionais de saúde, ao prestarem acolhimento às mulheres vítimas de violência, desempenham um papel crucial, não apenas em termos do diagnóstico e tratamento clínico, mas também no oferecimento de um atendimento humanizado, que contribui diretamente para a recuperação física e emocional das vítimas; e (ii) a hipótese de que, por outro lado, há uma falha crescente na capacitação e no preparo desses profissionais para lidar com tais situações, o que pode comprometer seriamente a eficácia do atendimento, tornando-o, muitas vezes, insensível, desrespeitoso e ineficaz.

A escolha deste tema se justifica pela sua grande relevância no contexto atual, especialmente diante do crescente número de casos de violência de gênero, que têm se tornado mais visíveis e alarmantes nas últimas décadas. Como podemos encontrar no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) "O aumento dos casos de violência de gênero nas últimas décadas tem se tornado mais visível e alarmante, refletindo uma realidade de crescente vulnerabilidade das mulheres diante de múltiplas formas de agressão, seja física, psicológica ou sexual." Esse fenômeno reflete uma realidade preocupante não apenas no Brasil, mas em muitas partes do mundo. Em Ponta Grossa, no estado do Paraná, por exemplo, a violência contra mulheres tem aumentado de forma considerável, tornando-se uma questão cada vez mais presente no cotidiano da população (Rangel; Bourguignon, 2018). No entanto, apesar desse aumento, observa-se uma carência significativa de preparação adequada entre os profissionais da saúde, que muitas vezes não sabem como abordar ou tratar as vítimas de violência doméstica e sexual. Esse vazio na formação técnica e humanitária exige um estudo mais aprofundado sobre as práticas e protocolos adotados no atendimento, especialmente considerando as especificidades de diferentes grupos de mulheres, como as mulheres cis, transexuais e travestis.

É fundamental compreender que a violência de gênero não se restringe à agressão física contra a mulher, mas reverbera em múltiplas dimensões de sua vida, afetando seu estado psicológico, emocional, social e econômico. Nesse sentido, um atendimento eficaz deve ir além do diagnóstico clínico, adotando uma abordagem holística, sensível às necessidades de cada paciente. O cuidado médico e psicológico deve ser integrado, respeitoso e centrado na dignidade da vítima, levando em conta as diversas formas de violência que ela pode ter sofrido, seja física, psicológica, sexual, patrimonial, entre outras (Ribeiro, 2021). De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 "A violência contra a mulher não se limita à agressão física, mas abrange também violência psicológica, sexual, patrimonial e moral, que têm consequências tão devastadoras quanto a violência física." Entre 2012 e 2022, os dados indicam que as mulheres representam a maioria das vítimas de violência, sendo 60,1% dos casos analisados. Elas constituem 52,0% das vítimas de violência física, 64,7% das vítimas de violência psicológica e 86,7%

das vítimas de violência sexual, conforme os dados apresentados pelo Atlas da Violência, 2024 (IPEA, 2024).

O atendimento não pode ser apenas técnico, mas deve se preocupar com o acolhimento emocional e psicológico, garantindo que a vítima se sinta respeitada e amparada em suas individualidades. A escuta ativa e o respeito são imprescindíveis para a criação de um ambiente seguro e confiável.

Nesse contexto, a educação continuada dos profissionais de saúde se configura como uma ferramenta indispensável para melhorar a qualidade do atendimento às vítimas de violência (Lepesteur, 2024). O preparo contínuo é necessário para que os profissionais possam identificar corretamente as vítimas de violência, compreender suas necessidades e fornecer um tratamento que não apenas minimize as consequências físicas da agressão, mas também apoie a recuperação emocional e psicológica da mulher. Este processo educacional deve abranger não apenas questões técnicas, mas também a construção de uma postura ética e sensível, que rejeite estigmas e preconceitos, como o machismo, o racismo e a transfobia, que podem agravar o sofrimento da vítima e dificultar seu processo de recuperação.

A relevância deste estudo está diretamente vinculada à necessidade de os profissionais de saúde estarem preparados para atuar de maneira sensível, empática e técnica diante de situações de violência. O conhecimento sobre as melhores formas de acolher essas mulheres, sem reproduzir estigmas ou atitudes preconceituosas, é fundamental para garantir um atendimento que não agrave o sofrimento das vítimas, mas que, pelo contrário, contribua para o processo de recuperação e reintegração dessas mulheres na sociedade. A atuação competente de uma equipe bem treinada pode ter um impacto significativo na saúde física e mental da paciente, favorecendo uma recuperação mais rápida e eficaz.

Além disso, é fundamental considerar o papel das políticas públicas de saúde no enfrentamento da violência de gênero. A efetividade dessas políticas depende, em grande medida, da constante avaliação e aprimoramento dos serviços oferecidos (Medeiros, 2018). A atuação coordenada entre diferentes instituições como os serviços de saúde, segurança, justiça e assistência social é imprescindível para garantir uma abordagem integral e eficaz às vítimas. Nesse sentido, a capacitação contínua dos profissionais da saúde se apresenta como uma medida essencial para assegurar que eles possam lidar com as vítimas de forma adequada e sem preconceitos, contribuindo para a criação de um ambiente seguro e acolhedor.

Ao analisar a abordagem dos profissionais da saúde em casos de violência de gênero, este trabalho busca também identificar as lacunas existentes no preparo dos mesmos, com o intuito de sugerir melhorias nas práticas de atendimento. A pesquisa pretende ressaltar a importância de uma capacitação contínua, pautada pela ética e pelo respeito à diversidade de gênero, para garantir um acolhimento humanizado, respeitoso e livre de preconceitos. Além disso, a proposta é destacar as especificidades das mulheres transexuais e travestis, que, em muitos casos, enfrentam barreiras ainda mais complexas, como o preconceito institucional e a falta de protocolos claros sobre como atendê-las adequadamente.

Em relação a esse ponto, cabe mencionar a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que representa um marco no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas protetivas de urgência e criando mecanismos para a prevenção e combate à violência de gênero. Embora a lei tenha sido um avanço considerável para a proteção das mulheres, ainda há desafios no que tange à sua aplicação em casos envolvendo mulheres transexuais e travestis. A jurisprudência tem avançado, mas há uma necessidade crescente de que os

profissionais da saúde, assim como os agentes de segurança e justiça, estejam capacitados para reconhecer as particularidades dessas mulheres e garantir que seus direitos sejam igualmente protegidos, independentemente de sua identidade de gênero.

O principal objetivo deste trabalho foi analisar o preparo dos profissionais de saúde no acolhimento das mulheres vítimas de violência, abordando aspectos como a capacitação recebida pelos profissionais, a abordagem de pacientes transexuais e travestis, e os protocolos estabelecidos para o atendimento das vítimas de violência de gênero. A investigação buscou também verificar se existe, de fato, preconceito por parte dos profissionais da saúde, o que pode prejudicar ainda mais o atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Portanto, este trabalho visou não só analisar as práticas dos profissionais de saúde, mas também sugerir melhorias no atendimento a mulheres cis, transexuais e travestis, com o objetivo de promover um atendimento mais inclusivo, eficaz e livre de preconceitos. A pesquisa busca, assim, contribuir para o fortalecimento de políticas públicas mais justas e inclusivas, que garantam um atendimento integral e adequado a todas as mulheres, promovendo a saúde física e emocional das vítimas de violência de gênero.

2 Material e Métodos

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, com uma abordagem predominantemente qualitativa. Tal metodologia é amplamente empregada quando se busca investigar, descrever e compreender fenômenos de forma preliminar e abrangente, permitindo uma exploração detalhada de tópicos complexos e multifacetados, sem a necessidade de uma estrutura rígida e predeterminada. A pesquisa qualitativa, ao contrário das abordagens quantitativas, prioriza a coleta e análise de dados que não podem ser expressos ou mensurados unicamente por números, concentrando-se, assim, em aspectos subjetivos, emocionais e contextuais do fenômeno investigado. Essa abordagem possibilita uma interpretação mais profunda e rica das experiências, percepções e dinâmicas envolvidas, permitindo compreender as complexidades dos comportamentos e das interações humanas. No caso deste estudo, a pesquisa qualitativa facilita a exploração das nuances da conduta dos profissionais de saúde no atendimento às vítimas de violência de gênero, considerando a singularidade de cada situação e as particularidades do contexto em que essas práticas ocorrem. Assim, a metodologia qualitativa se revela como a mais adequada para proporcionar uma visão holística e detalhada sobre o tema, possibilitando um entendimento mais profundo dos fatores subjetivos que influenciam as abordagens adotadas no atendimento a essas vítimas.

Foram convidados a participar deste estudo um total de 30 profissionais da área da saúde, todos atuantes em serviços localizados no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, e que, em algum momento, poderiam estar envolvidos diretamente no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero. A seleção dos participantes não se restringiu apenas aos profissionais de saúde que, de maneira direta, realizam o acolhimento das vítimas, mas também incluiu todos aqueles que, de alguma forma, poderiam vir a ter contato com essas situações, seja durante o atendimento médico, psicológico ou em outros contextos do sistema de saúde. Dessa forma, a amostra abrangeu uma gama diversificada de profissionais, incluindo médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros trabalhadores da

saúde, que, em algum momento, poderiam se deparar com casos de violência de gênero no exercício de suas funções. Esta abordagem mais abrangente foi escolhida com o intuito de captar uma visão holística sobre a dinâmica do atendimento, considerando não apenas os profissionais diretamente envolvidos no acolhimento, mas também aqueles que fazem parte da rede de apoio e podem desempenhar papéis complementares no atendimento e acompanhamento das vítimas. Com isso, buscou-se obter uma compreensão mais ampla e detalhada sobre os diferentes tipos de interações e abordagens que essas vítimas podem experimentar ao longo de seu percurso no sistema de saúde.

A pesquisa incluiu profissionais da saúde que atuam em instituições responsáveis pelo acolhimento, tratamento e acompanhamento de mulheres em situação de violência de gênero, abarcando aqueles envolvidos em serviços médicos, psicológicos, assistenciais e de apoio social. Foram excluídos da amostra profissionais sem formação específica na área da saúde, a fim de garantir a homogeneidade e qualidade dos dados, assegurando que os resultados refletissem a realidade de trabalhadores capacitados para lidar com as demandas complexas do atendimento a vítimas de violência. A exclusão visou evitar distorções, uma vez que profissionais sem qualificação específica poderiam não estar plenamente inseridos no contexto de atendimento especializado.

A pesquisa empírica foi realizada em Ponta Grossa, Paraná, e teve como objetivo analisar a conduta dos profissionais de saúde no acolhimento e atendimento às vítimas de violência de gênero. Por meio de um questionário estruturado com 15 questões, investigou aspectos como sensibilização, preparo técnico, adequação de protocolos e atitudes frente às especificidades das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. O estudo abordou também a realidade das mulheres transexuais e travestis, que enfrentam desafios adicionais devido à transfobia e falta de capacitação dos profissionais. A pesquisa foi conduzida em conformidade com as normas éticas estabelecidas pela Resolução nº 466/2012, obtendo aprovação do Comitê de Ética do Cescage e do Comitê de Ética da Plataforma Brasil. O estudo teve início em outubro de 2024 e se estendeu até novembro do mesmo ano. Além de avaliar o atendimento a mulheres cisgênero, a pesquisa investigou como os profissionais de saúde lidam com as vítimas trans e travestis, considerando as implicações jurídicas da Lei Maria da Penha, que agora reconhece essas mulheres como vítimas de violência de gênero, conforme jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além de destacar a importância da formação contínua dos profissionais de saúde, com ênfase na inclusão das especificidades de gênero e nas necessidades de mulheres trans e travestis. Propõe ainda melhorias nos protocolos de atendimento, visando garantir um acolhimento sensível, igualitário e respeitoso a todas as vítimas de violência, conforme os avanços legais e sociais.

Os dados coletados para esta pesquisa foram analisados de maneira rigorosa e objetiva, utilizando-se de um formulário digital desenvolvido especificamente para tal fim. Este procedimento garantiu a padronização e a precisão das informações obtidas, permitindo uma análise consistente e confiável dos resultados. Além disso, foi verificado que os dados seguiam uma distribuição normal, o que conferiu maior robustez estatística à análise, validando a integridade e a representatividade da amostra. A pesquisa obteve um nível de adesão excepcional, alcançando 100% dos profissionais da área da saúde que foram autorizados a participar pelo Comitê de Ética. Este alto índice de participação reflete a abrangência e a relevância do estudo, além de conferir maior credibilidade aos resultados, uma vez que a totalidade da amostra foi devidamente representada. As respostas obtidas, por sua vez, situam-se

dentro dos parâmetros e expectativas estabelecidas para este estudo, corroborando as hipóteses inicialmente formuladas. Tais resultados são significativos, pois não apenas reforçam as premissas da pesquisa, mas também contribuem para a compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado, permitindo inferências consistentes e de valor para o campo em questão. Portanto, os achados deste estudo não apenas atendem aos critérios metodológicos estabelecidos, mas também ampliam o conhecimento existente, consolidando-se como um importante aporte para a área de estudo abordada.

Os voluntários que participaram deste estudo ofereceram seu tempo, conhecimento e experiências de forma altruísta, sem compensação financeira, com o intuito de contribuir para o avanço científico e a melhoria das práticas de acolhimento às vítimas de violência de gênero. Embora não recebam retribuição imediata, serão formalmente reconhecidos após a defesa do trabalho, com agradecimentos especiais que destacam sua valiosa contribuição. O impacto positivo do estudo, ao aprimorar as práticas de atendimento, será também uma forma de reconhecimento, beneficiando a sociedade e reforçando a importância de sua participação na construção do conhecimento científico.

3 Resultados

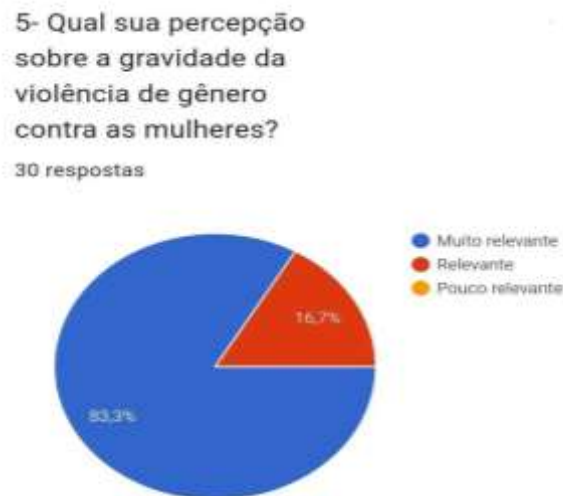
A presente pesquisa acadêmica revelou importantes insights sobre a percepção, preparo, conhecimento e dificuldades encontradas por profissionais da saúde ao lidar com casos de violência de gênero contra mulheres.

A pesquisa ocorreu no período entre os dias 27/10/2024 e 08/11/2024, e foram entrevistados 30 profissionais da área da saúde. Entre os profissionais entrevistados, seguindo os critérios de exclusão estabelecidos para essa pesquisa, responderam ao formulário da presente pesquisa: 9 enfermeiros (as), 7 médicos (as), 1 médico (a) ginecologista, 2 psicólogos, 8 técnicos (as) de enfermagem, 1 técnicos (as) de farmácia e 1 socorrista; assim atingindo 100% da meta estipulada e liberada pelo comitê de ética para essa pesquisa, que autorizou a entrevista de 15 a 30 profissionais.

Os participantes da pesquisa têm uma faixa etária entre 21 e 59 anos de idade. As respostas da pesquisa foram predominantemente femininas totalizando 73,3% das respostas e apenas 26,7% dos participantes do sexo masculino. Já em relação ao tempo de experiência na área, a pesquisa teve uma grande abrangência de visões e experiência, variando de 1 a 42 anos de experiência na área em questão.

Em relação à percepção desses profissionais sobre a gravidade da violência de gênero: A grande maioria dos respondentes considera a violência de gênero contra mulheres um problema “muito relevante”, contabilizando 83,3% das respostas a esse questionamento. Esses resultados demonstram que a maior parte dos entrevistados possui um consenso sobre a conscientização generalizada sobre a seriedade desse tipo de violência e seus impactos na saúde física e mental das vítimas, assim como em seu atendimento. Como mostra a figura 1.

Figura 1 – Percepção dos entrevistados sobre a gravidade da violência de gênero contra mulheres



Com relação ao preparo dos profissionais para lidar com casos de violência de gênero: Em relação ao preparo para lidar com essas situações, 20% dos profissionais entrevistados relataram se sentir “totalmente preparados” para lidar com a situação. Entretanto, muitos profissionais indicaram sentir-se “razoavelmente preparados”, sendo 63,3% dos participantes, além de uma parte expressiva mencionar não se sentir preparada, totalizando 16,7% dos participantes, especialmente quando se trata de protocolos específicos e manejo das vítimas, o que evidencia uma insegurança significativa do profissional nesses casos em específico (Monteiro, 2008), conforme mostra a figura 2.

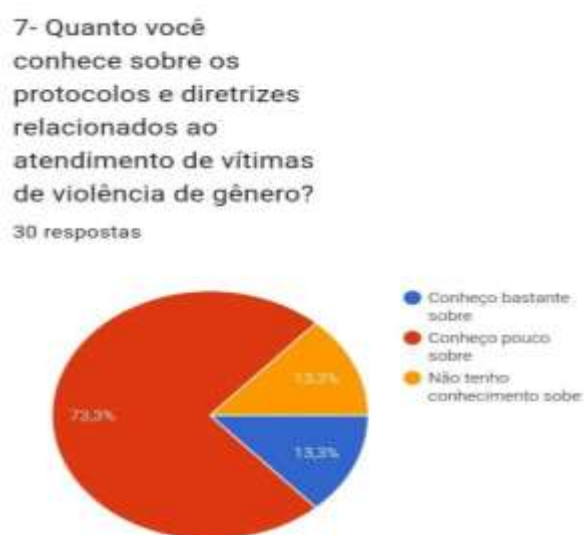
Figura 2 – Sentimento de preparação dos entrevistados para lidar com casos de violência de gênero no seu ambiente de trabalho.



Quando questionados sobre o conhecimento dos protocolos e diretrizes: O nível de familiaridade com protocolos e diretrizes institucionais foi outro ponto de destaque,

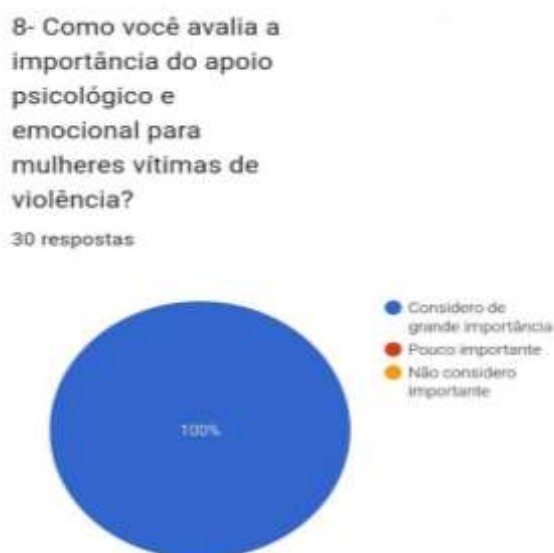
com a maioria dos profissionais relatando 'conhecer pouco' sobre esses documentos. Esse dado sugere uma lacuna no treinamento e capacitação dentro das instituições de saúde, limitando a habilidade dos profissionais de aplicar as diretrizes necessárias para esses atendimentos (Fusquine; Souza; Chagas, 2021) conforme é mostrado na figura 3.

Figura 3 – Nível de conhecimento dos entrevistados sobre protocolos e diretrizes relacionados ao atendimento de vítimas de violência de gênero.



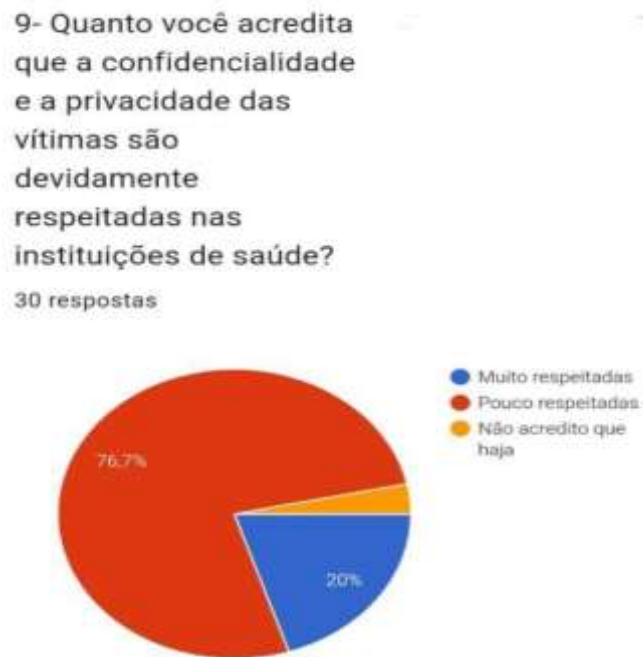
Em relação a importância do apoio psicológico e emocional: Todos os entrevistados respondentes indicaram que consideram o apoio psicológico e emocional fundamental para o tratamento de mulheres vítimas de violência. Esse consenso é positivo, evidenciando que os profissionais enxergam o apoio emocional como uma peça-chave no atendimento a essas pacientes, o que reforça a importância de abordagens multidisciplinares e humanizadas (Monteiro, 2008), conforme nos mostra a figura 4.

Figura 4 – Avaliação dos entrevistados sobre a importância do apoio psicológico e emocional para mulheres vítimas de violência.



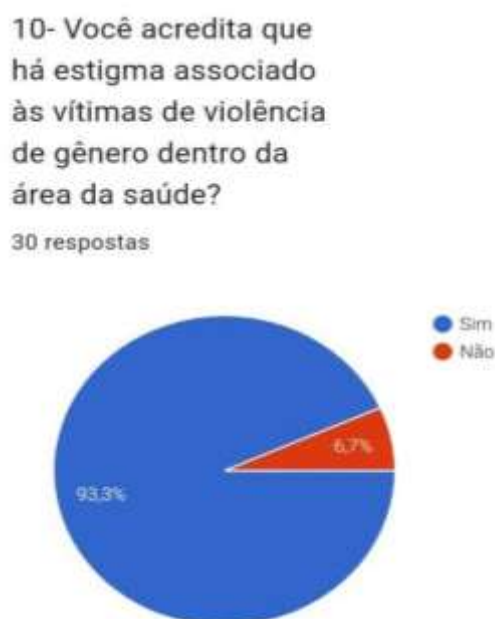
Quando questionados sobre a confidencialidade e privacidade das vítimas: Houve uma percepção majoritária de que a confidencialidade e privacidade das vítimas são “pouco respeitadas” nas instituições de saúde, representando 76,7% das respostas. Também contamos 3,3% das respostas optando por “não acredito que haja” e apenas 20% dos profissionais optaram por “muito respeitadas”. Essa observação levanta preocupações éticas e sugere que a proteção dos dados e do histórico das vítimas ainda é um desafio prático nos serviços de saúde conforme nos mostra a figura 5.

Figura 5 – Nível de confidencialidade e a privacidade das vítimas nas instituições de saúde.



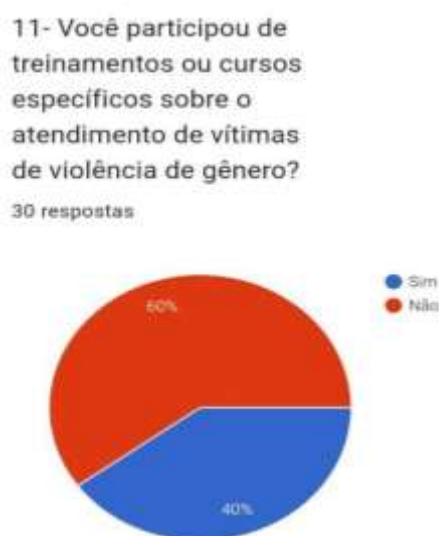
Com relação a questão de estigma em relação às vítimas: 93,3% dos participantes do questionário reconheceram a presença de estigmas em relação às vítimas de violência de gênero dentro do ambiente de saúde. Esse ponto é relevante, pois o estigma pode inibir tanto a procura por ajuda quanto a qualidade do atendimento oferecido, e sua presença ressalta a necessidade de mudanças culturais e estruturais nas instituições de saúde e na sociedade como um todo, conforme nos mostra a figura 6.

Figura 6 – Crença de estigma associado a vítimas de violência de gênero dentro da área da saúde.



Também se questionou sobre treinamento específico para essa situação tendo-se observado que apenas 40% dos profissionais afirmaram ter recebido treinamento específico para o atendimento a vítimas de violência de gênero. A ausência de capacitações nessa área é um indicativo de que as instituições de saúde não estão oferecendo o suporte adequado para a formação de profissionais aptos a lidar com a complexidade e sensibilidade desses casos, conforme nos mostra a figura 7.

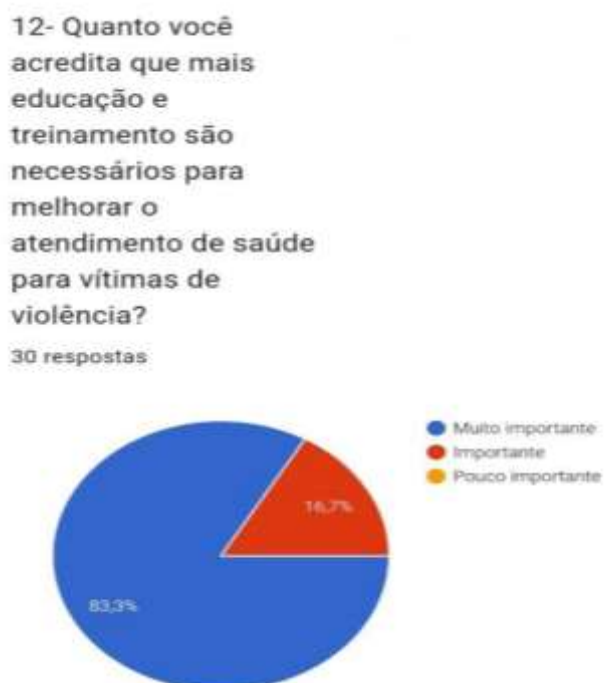
Figura 7 – Participações em treinamentos ou cursos específicos sobre atendimento de vítimas de violência de gênero.



Quando questionados sobre a necessidade de educação e treinamento: Houve consenso entre 83,3% dos profissionais que há necessidade de mais treinamentos e capacitações. A grande maioria dos participantes concordou que investimentos em educação são “muito importantes” para aprimorar a capacidade dos profissionais de

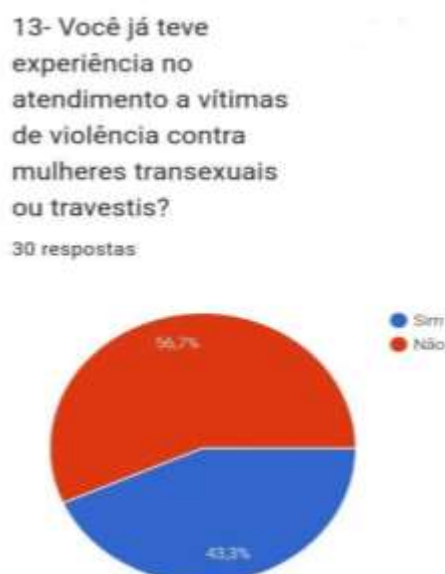
oferecer um atendimento de qualidade e devidamente preparado para esses casos, enquanto 16,7% consideram apenas “importante”, conforme nos mostra a figura 8.

Figura 8 – Crença na necessidade de que mais educação e treinamentos são necessários para melhorar o atendimento de saúde para as vítimas de violência.



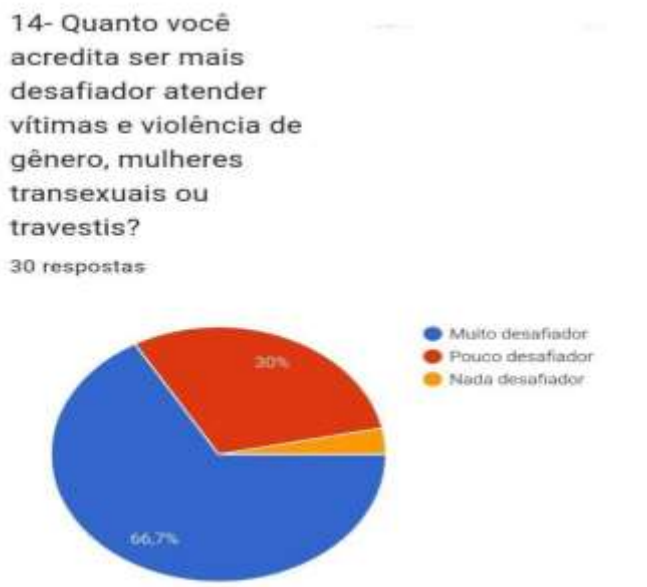
Questionamos os profissionais entrevistados sobre já terem ou não experiência de atender pacientes que sofreram violência de gênero sendo essas pacientes transgêneros ou travestis, sendo que 43,3% já tiveram esse contato no atendimento e 56,7% não tiveram esse contato direto de atendimento com essas pacientes em questão, como nos mostra a figura 9.

Figura 9 – Ter ou não a experiência de atender pacientes que sofreram violência de gênero.



Sobre o atendimento às vítimas transgênero e travestis: A maioria dos profissionais considera o atendimento a mulheres transgênero e travestis “muito desafiador” com 66,7% das respostas, enquanto 30% considera “pouco desafiador” e apenas 3,3% considera como “nada desafiador”. Esse ponto foi destacado como especialmente delicado devido à carência de protocolos específicos (Prado, s.d) e à falta de treinamento direcionado para o atendimento a essa população, conforme pode-se ver na figura 10.

Figura 10 – Crença de nível desafiador no atendimento a mulheres transgênero e travestis.



4 Discussão

Os dados obtidos nesta pesquisa revelam uma discrepância significativa entre a conscientização dos profissionais de saúde quanto à gravidade da violência de gênero e a efetiva preparação para atender esses casos de forma adequada. Embora os profissionais entrevistados demonstrem uma sensibilidade inicial e compreendam a relevância do tema, a falta de domínio sobre protocolos específicos e diretrizes institucionais limita, de maneira expressiva, a eficácia no atendimento prestado. Este déficit formativo compromete diretamente a qualidade do cuidado, sobretudo diante da natureza complexa e multifacetada da violência de gênero, que exige uma abordagem cuidadosa, técnica e empática (Monteiro, 2008).

A percepção de que a confidencialidade e a privacidade das vítimas não são respeitadas adequadamente nas instituições de saúde aponta para uma deficiência ética grave (Brasil, 2012). A falta de mecanismos eficazes de preservação da privacidade pode gerar retração nas vítimas, que, temendo a exposição de seus casos, podem evitar procurar ajuda ou hesitar em colaborar ativamente no processo de recuperação. Isso demonstra a necessidade urgente de aprimoramento nas práticas de confidencialidade e privacidade dentro do ambiente de saúde, fortalecendo a confiança das vítimas na segurança dos atendimentos prestados.

A prevalência de estigmas em relação às vítimas de violência de gênero, percebida de forma generalizada pelos entrevistados, evidencia que o problema

transcende o campo técnico e adentra uma esfera cultural. Esse estigma internalizado por alguns profissionais e perpetuado no ambiente de trabalho reforça barreiras que dificultam a criação de um espaço verdadeiramente acolhedor e seguro para as vítimas, perpetuando ciclos de exclusão e discriminação que prejudicam não apenas o atendimento, mas o próprio bem-estar das pacientes (Martins, 2017).

Outro aspecto crítico identificado na pesquisa é o atendimento a mulheres transgênero e travestis, classificado como "muito desafiador" pela maioria dos profissionais. Essa dificuldade reflete as complexidades interseccionais enfrentadas por essa população vulnerável, que, além da violência de gênero, enfrenta preconceitos e estigmas sociais que dificultam o acesso a cuidados de saúde dignos. A falta de protocolos específicos e de treinamentos direcionados para atender as necessidades dessas mulheres reforça a necessidade de que políticas inclusivas sejam desenvolvidas e aplicadas, permitindo uma abordagem mais equânime e sensível às particularidades de gênero (Blay, 2003).

Os achados deste estudo revelam uma realidade alarmante: a carência urgente e premente de intervenções estruturais e educacionais para aprimorar significativamente a conduta dos profissionais de saúde no enfrentamento da violência de gênero (Lepesteur, 2024). A insuficiência de conhecimento prático e teórico, associada à falta de uma formação continuada adequada, evidencia uma falha grave nas políticas institucionais de treinamento e capacitação. Essa deficiência exige uma revisão profunda e imediata das estratégias adotadas, com vistas à implementação de medidas que garantam uma abordagem holística e eficaz no atendimento às vítimas de violência, especialmente no que diz respeito ao acolhimento de mulheres cis, transexuais e travestis.

A disparidade observada entre o reconhecimento da importância desse tema e a realidade do preparo profissional reflete uma lacuna crítica nas práticas de saúde pública, que muitas vezes não conseguem dar resposta à complexidade das situações de violência de gênero. O preparo adequado dos profissionais, tanto em termos técnicos quanto em termos de compreensão cultural e ética, deve ser um pilar fundamental para transformar o atendimento, garantindo que todas as vítimas se sintam respeitadas e amparadas (Monteiro, 2008).

A Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), também conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece um marco legal de grande relevância para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa legislação, ao criar mecanismos de proteção, promove a construção de uma rede de apoio que envolve saúde, segurança pública e assistência social. No entanto, para que essa proteção seja efetiva, a aplicação da lei precisa ser acompanhada de ações concretas que assegurem que todos os profissionais envolvidos no atendimento às vítimas estejam devidamente capacitados para lidar com as especificidades das diversas formas de violência de gênero. Essa capacitação inclui, de forma imprescindível, o reconhecimento das particularidades de mulheres transexuais e travestis, que frequentemente enfrentam formas de violência ainda mais invisibilizadas e exacerbadas.

Neste ponto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com decisões proferidas em 2022, destaca-se como um avanço significativo na interpretação da Lei Maria da Penha (STJ, 2022). O STJ, ao reconhecer que a

proteção prevista pela lei deve ser estendida a mulheres transexuais e travestis, ampliou a aplicação da legislação para abarcar a violência de gênero sofrida por essas mulheres, reconhecendo a violência estrutural e social que as acometem. Essa mudança na jurisprudência é fundamental, pois reflete a compreensão de que a violência de gênero não se limita à mulher cisgênero, mas também atinge mulheres que, devido à sua identidade de gênero, enfrentam estigmas adicionais, como o preconceito institucional, a transfobia e a marginalização social.

A decisão do STJ, ao afirmar que a Lei Maria da Penha se aplica também a mulheres transgênero e travestis, torna-se um ponto de inflexão crucial, pois reconhece essas mulheres como sujeitos plenos de direitos e garante que elas possam usufruir das mesmas proteções legais que as mulheres cisgênero. Essa jurisprudência não só reflete uma mudança no entendimento jurídico, mas também implica na necessidade de um ajuste na prática dos profissionais de saúde, que precisam estar preparados para reconhecer as violências sofridas por essas mulheres e para proporcionar um atendimento adequado, sem preconceitos ou discriminação.

Em consonância com a jurisprudência do STJ, é imperativo que as instituições de saúde implementem programas de formação regulares que abordem as questões relacionadas à violência de gênero de forma ampla e inclusiva. Esses programas devem ser focados no desenvolvimento de competências técnicas, no entendimento profundo dos protocolos de atendimento, além de incluir diretrizes específicas para casos de violência que envolvam mulheres transgênero e travestis. Os profissionais de saúde devem ser capacitados para o reconhecimento e a identificação precoce dos sinais de violência, além de desenvolver habilidades de comunicação eficaz e empática, que respeitem a diversidade de gênero e combatam estigmas e preconceitos.

Ainda nesse contexto, é essencial destacar a importância de um esforço contínuo para combater o estigma no atendimento. O treinamento para a desconstrução de preconceitos e estereótipos é uma medida fundamental, pois assegura que os profissionais de saúde possam realizar atendimentos baseados no respeito e na dignidade da vítima, independentemente de sua identidade de gênero. Além disso, a implementação de políticas internas nas instituições de saúde que promovam uma cultura de inclusão, empatia e respeito deve ser considerada uma prioridade.

5 Conclusão

Este estudo, ao destacar a importância de desenvolver protocolos específicos para o atendimento de mulheres transgênero e travestis, revela a urgência de se garantir a esses grupos um atendimento que respeite suas necessidades e sua dignidade. A criação de protocolos específicos visa assegurar que essas mulheres não sejam tratadas de maneira insensível ou discriminatória, mas sim que tenham acesso a um atendimento que reconheça suas vulnerabilidades e garanta seus direitos, conforme determinado pela Lei Maria da Penha e pela jurisprudência do STJ.

Em resumo, para que o sistema de saúde seja verdadeiramente capaz de oferecer um suporte adequado e digno às vítimas de violência de gênero, é necessária uma abordagem sistemática que contemple tanto a qualificação técnica dos

profissionais quanto uma transformação cultural. A transformação cultural envolve não só a implementação de programas de formação, mas também a erradicação de estigmas e preconceitos dentro das instituições de saúde. Isso contribuirá para a criação de um ambiente seguro, inclusivo e promotor de recuperação para todas as vítimas de violência de gênero, independentemente de sua identidade de gênero, raça, etnia ou orientação sexual.

Nesse contexto, a relação entre a Lei Maria da Penha e a jurisprudência do STJ de 2022 revela-se como um ponto chave para a construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo. As mudanças jurídicas refletem uma nova compreensão sobre as violências de gênero e exigem, por parte dos profissionais da saúde, uma adaptação nas práticas de acolhimento e no tratamento de todas as mulheres, sem exceções. O desafio é grande, mas o avanço das políticas públicas e a evolução da jurisprudência oferecem um caminho para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde todas as vítimas de violência de gênero possam ter seus direitos respeitados e suas necessidades atendidas de maneira digna e humana.

Agradecimentos

A conclusão deste estudo representa mais do que a finalização de um ciclo acadêmico; é o resultado de uma jornada repleta de desafios, aprendizado e crescimento que percorremos juntas, fortalecendo nossa resiliência e solidificando nossa formação profissional.

Agradecemos profundamente aos nossos pais, cujo apoio e sabedoria nos deram a base necessária para superar os obstáculos acadêmicos e pessoais. Eu, Maria Caroline, gostaria de agradecer aos meus irmãos, cuja presença afetuosa sempre trouxe leveza aos meus dias, e cujo apoio fraternal foi fundamental para superar os obstáculos deste percurso.

Além disso, eu, Maria Caroline, gostaria de agradecer profundamente ao meu marido, meu parceiro de vida e maior incentivador, que, com muita paciência e compreensão, esteve ao meu lado em cada etapa deste percurso. Em cada momento de dúvida ou cansaço, sua força e encorajamento foram fundamentais para que eu seguisse em frente, superando os desafios e alcançando meus objetivos. Seu apoio constante e amoroso foi essencial para que eu pudesse me dedicar e superar cada desafio deste trabalho, transformando-o em uma experiência enriquecedora e gratificante.

Eu, Letícia, com profundo carinho e gratidão, gostaria de expressar minha mais sincera homenagem à minha querida mãe, cuja presença amorosa e incentivadora foi fundamental em cada etapa desta jornada. Desde o início, sua sabedoria e orientação iluminaram meu caminho, guiando-me e sustentando-me em momentos de dúvida. Embora sua partida prematura, no dia 9 de novembro de 2023, tenha deixado uma lacuna irreparável em meu coração, sua memória e legado de amor e dedicação continuam a inspirar-me, motivando-me a seguir em frente e a honrar sua memória com minha trajetória profissional.

Agradecemos especialmente ao nosso orientador, Robson, que nos acolheu na metade do caminho, em um momento de incerteza, e cuja orientação e experiência foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Também ao Professor José André, que além de nos ter inspirado a escolher o presente tema em suas aulas de ética, compartilhou seu conhecimento e dedicação, despertando em nós a paixão pela profissão e a vontade de fazer a diferença no cuidado com o outro.

Finalmente, agradecemos aos profissionais de saúde que colaboraram com esta pesquisa, aos amigos e familiares que sempre nos ofereceram apoio emocional e motivação para que seguíssemos adiante. Cada gesto, palavra e incentivo conduziram-nos até este momento, e somos imensamente gratas por todos que fizeram parte desta trajetória.

Às instituições de saúde de Ponta Grossa e aos profissionais que participaram desta pesquisa, nossa sincera gratidão pela disponibilidade e colaboração, permitindo que este trabalho se tornasse possível.

A cada um que compartilhou suas vivências e percepções, saibam que contribuíram para que este estudo representasse a realidade do atendimento a vítimas de violência de gênero e promovesse reflexões sobre as práticas e a humanização no cuidado.

Agradecemos aos professores que, ao longo da nossa trajetória acadêmica, estiveram sempre presentes, oferecendo seu conhecimento de forma generosa e contribuindo para nossa formação técnica e humana. Suas experiências, paciência e compromisso com o ensino foram essenciais para que pudéssemos compreender a importância da profissão e nos tornarmos profissionais mais preparadas para os desafios da saúde.

A todos os docentes que nos ensinaram, a quem tivemos a honra de aprender e com quem compartilhamos experiências, nosso sincero agradecimento. Este trabalho é, em grande parte, fruto do conhecimento adquirido com cada um de vocês, e temos plena certeza de que a base sólida que nos foi dada permitirá que desempenhemos com excelência a profissão que escolhemos.

Por fim, aos nossos amigos e familiares, que em muitos momentos foram porto seguro e apoio emocional, obrigada por acreditarem em nós e por estarem sempre ao nosso lado.

Cada palavra de incentivo foi fundamental para que chegássemos até aqui, e esperamos que esta conquista seja também uma celebração da sua fé e apoio incondicional.

Referências

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**, 2003. Scielo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-4014200300030006>. Acesso em 4 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 09 ago 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Seção 1, p. 59. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em 04 set 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). **Recurso Especial nº 1977124 - SP (2021/0391811-0).** Mulher trans. Vítima de violência doméstica. Aplicação da Lei Maria da Penha. Critério biológico afastado. Relação de poder e modus operandi. Alcance teleológico da lei. Medidas protetivas. Recurso provido. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz. Julgado em: 19 abr. 2022. Publicado em: 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 4ª edição. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA IPEA. **Atlas da Violência 2024.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 08. set. 2024.

LEPESTEUR, JOÃO. A importância da formação continuada para os profissionais da saúde. Revista Foco. 17. e5214. 10.54751/revistafoco.v17n5-153. 2024.

FUSQUINE, Rafaela Serrano; SOUZA, Yasmin Alves de; CHAGAS, Aucely Corrêa Fernandes. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. **Rev. Psicol. Saúde** [online]. 2021, vol.13, n.1, pp.113-124. ISSN 2177-093X. <https://doi.org/10.20435/pssa.v13i1.1010>.

MARTINS, Diana Cavalcante. **Violência:** abordagem, atuação e educação em enfermagem. Periódicos, 2017. Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - SERGIPE. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/4603>. Acesso em: 17 set. 2023.

MEDEIROS, Luciene. **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher** / organização Luciene Medeiros. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza, *et al.* Conhecimento dos enfermeiros sobre o Serviço de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual. 2008. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019605009>. Acesso em: 6 set. 2023.

PRADO, Lígia Dárc Silva Rocha. **Protocolo de assistência às mulheres vítimas de violência.** EduCAPES. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/703745/2/Protocolo%20de%20violência%20contra%20mulher.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023

RANGEL, A. G. S. S.; BOURGUIGNON, J. A. Violência intrafamiliar contra a mulher

em Ponta Grossa - PR: dados, políticas públicas e patrulha Maria da Penha. **8ª Conferência Latinoamericana y Caribena de Ciencias Sociales**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2018.

RIBEIRO, Iza. **Violência contra a mulher**: quais os tipos? Jusbrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violencia-contr-a-mulher-quais-os-tipos/1291150495>. Acesso em: 5 nov. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ. **Formas de Violência**. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/mulher/formas-de-violencia/>. Acesso em: 20 out. 2023.

UEPG. **Protocolo de atendimento dos Hospitais Universitários da UEPG às vítimas de violência**. Proex, 2023. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/protocolo-de-atendimento-dos-hospitais-universitarios-da-uepg-as-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 15 out. 2023.

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa - NIP
Coordenação Geral de Trabalho de Conclusão de Curso – CGTCC

Apêndice H:

PROTOCOLO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL

(X) Artigo após a defesa

Estudante 1: Letícia Aguiar Maganha

Estudante 2: Maria Caroline Lazarotto Müller Gomes

Professor - orientador: Dr. Robson Schimandei Novak

Título: Uma abordagem na conduta dos profissionais da área da saúde em casos de violência contra a mulher.

Encaminho à coordenação da CGTCC **versão final do TCC nos formatos WORD E PDF** para o e-mail: simposiotcc@cescage.edu.br (especificar no título da mensagem nome completo do(s) estudante(s) e Curso).

Informo que as sugestões da banca avaliadora foram incorporadas na versão final. Estamos de acordo com a publicação do artigo nos Anais do Simpósio e/ou em outros meios eletrônicos de acesso público.

Estudante 1

Estudante 2

Orientador

Letícia A. Maganha

Maria Caroline L. M. Gomes

Robson S. Novak

Documento assinado digitalmente
 LETICIA AGUIAR MAGANHA
Data: 12/12/2024 18:24:01-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 MARIA CAROLINE LAZAROTTO MULLER GOMES
Data: 12/12/2024 18:35:30-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ROBSON SCHIMANDEIRO NOVAK
Data: 12/12/2024 18:53:43-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2024.